

INCLUSÃO ESCOLAR INDÍGENA: OS MAIORES DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES COM ALUNOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA ETNIA XOKLENG

GRAF, Lucimar¹
RU:1085023
RIOS, Franciane Heiden ²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a educação especial inclusiva indígena da etnia indígena Xokleng, especificamente relatando os maiores desafios enfrentados pelos professores com alunos de necessidades especiais. O artigo trará uma breve contextualização da história da inclusão, leis que amparam a educação especial inclusiva e os desafios que os docentes indígenas enfrentam com alunos especiais. Sabe-se que pessoas com deficiências têm direitos iguais às outras pessoas perante a Constituição Brasileira. As pesquisas foram baseadas nos autores: Sassaki, Montoan, Gakran, Almeida e outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a pesquisa de dados pela internet através do Google acadêmico, trabalhos acadêmicos e livros. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho será a pesquisa bibliográfica. O profissional que trabalha com alunos especiais indígenas, neste caso, o professor indígena tem uma função de extrema importância ao lidar com este público, pois trabalhar com educação especial é um trabalho além do saber, e sim de amor, carinho, atenção. Diante disso, a importância de estudar a realidade e os desafios que os professores enfrentam com os alunos especiais indígenas da etnia Xokleng.

Palavras-chave: Educação Indígena. Xokleng/Laklãnõ. Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho abordará o panorama da educação Xokleng, destacando especificamente os desafios enfrentados pelos professores com alunos de

¹Aluno do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso Educação Especial.

necessidades especiais. Os objetivos específicos são: contextualizar a inclusão escolar; contextualizar a educação especial da etnia Xokleng e salientar as maiores dificuldades encontradas pelo professor de educação especial em sala de aula.

O problema da pesquisa decorre da seguinte questão: quais são os maiores desafios enfrentados pelos professores com alunos de necessidades especiais da etnia Xokleng?

Educação especial do povo Xokleng quase não se tem muitos trabalhos publicados no meio acadêmico. A escolha do tema é de suma importância que outros pesquisadores se tornem questionadores no que se diz “educação especial indígena”, mais ainda quando se fala em povo indígena, em conhecer suas práticas pedagógicas, como ensinar e conhecer a cultura educacional.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a pesquisa de dados pela internet através do Google acadêmico, trabalhos acadêmicos e livros. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho será a pesquisa bibliográfica.

2 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA INCLUSÃO

No contexto educacional, segundo Souza et al, (2010) uma visão padronizada faz com que os Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) sofram com a discriminação e até exclusão por suas limitações sejam elas físicas, mentais ou sensoriais. Sassaki (1997), afirma que podemos ver isso por toda a história da humanidade, especificamente pelas quatro fases do processo da educação dos portadores de necessidades especiais.

A primeira é o período anterior ao século 20, chamada fase de exclusão, nesta as pessoas portadoras de deficiência eram impedidas de frequentar as escolas. Segundo Barbosa *et al* (2008) no século XVIII nas sociedades ocidentais industriais surge então a Educação Especial na qual foi implantado na França pela Revolução de 1789, porém na virada do século XX com o Movimento da Eugênia, que defendia indivíduos/grupos/etnias que herdavam de forma diferente a sua habilidade mental, acabou aumentando ainda mais a desumanização das pessoas com deficiência. Nos anos de 1900 e 1930 indivíduos com estas particularidades eram considerados com tendências criminosas e que ameaçavam seriamente a civilização, ainda assim esta percepção levou a muitas escolas e educadores a eliminar várias iniciativas e práticas

já existentes à educação especial e, pelo conceito deficiência é que eles determinavam quem teria acesso à educação.

A segunda fase, segundo Sassaki (1997) ocorre já dentro do século XX, e é chamada de fase de segregação, nesta os portadores de necessidades especiais eram atendidos dentro de instituições. Segundo Souza et al (2010) isto aconteceu devido ao aumento das entidades assistenciais privadas, bem como a ampliação de vagas na rede pública, inclusive oferecendo Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e também realização de campanhas Nacionais de educação de deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura. Surgiram também após os anos de 1960 as classes especiais dentro de escolas comuns. (SASSAKI, 1997).

Nos anos de 1970 veio fase de Integração que segundo Mantoan (2003) era baseado no movimento que surgiu nos Países Nórdicos, em 1969, quando então eram questionadas as práticas sociais e escolares de segregação, em defesa dos direitos humanos e de oportunidades iguais para todos. O princípio da integração foi nortear a normalização, ou seja, previa a inserção dos alunos com deficiência em classes do ensino comum, de forma que pudessem desenvolver o seu processo educativo num ambiente não restritivo e normalizado. Porém este teve interpretações equivocadas, pois segundo Sassaki (1997) apenas eram aceitas as deficiências mais adaptáveis às classes comuns, não havia modificação no sistema, a escola continuava da mesma forma de sempre ao passo que, os alunos é que tinham que se adaptar e ajustar-se ao sistema escolar.

Para o autor essa fase houve proliferação de classes especiais no interior das escolas comuns, estes faziam uso maciço dos testes de inteligência para identificar e categorizar os alunos, instituindo limitações e potencialidades cognitivas. Os modelos de integração segundo Rodrigues (2006) serviram também de alerta para a complexidade do processo de Integração, porém com o inconveniente de designar o simples fato de um aluno com dificuldades estar numa turma de ensino normal, como sendo uma integração.

Já a fase de Inclusão surge na metade da década de 1980 e desenvolveu-se durante os anos de 1990. Segundo Sassaki (1997), nesta fase toda a sociedade em geral, bem como a escola em particular devem se preparar para receber esse indivíduo, adaptando-se às suas necessidades.

Ainda assim, a inclusão causa mudança de perspectivas na educação, pois não só se limita a ajudar os alunos com dificuldades, mas também a todos os elementos da escola como: os professores, pessoal administrativo e alunos para que todos possam ter sucesso na corrente educativa (MANTOAN, 2003).

Essa evolução paradigmática foi influenciada por uma série de movimentos sociais organizados, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Conferência Mundial sobre Educação, ocorrida em 1990, em Jomtien, na Tailândia, e que aprovou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas da aprendizagem. [...] a Declaração de Salamanca, que resultou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, ocorrida na Espanha, em junho de 1994. (DUEK, 2006, p. 50).

E também com a nova Lei de Diretrizes Básicas para a Educação, a inclusão de crianças com deficiências está garantida por Lei no Brasil e vem sendo efetivada com resistências e dificuldades, são espaços escolares com barreiras arquitetônicas, falta de mobiliários adaptados, ausência de equipamentos de ajuda e de materiais pedagógicos adequados para as diferentes dificuldades (visuais, auditivas, cognitivas e motoras das crianças) estas também não contam com serviços de saúde e de reabilitação, inúmeros alunos ainda não possuem tratamentos básicos que facilitariam o seu desenvolvimento bem como a aprendizagem. Há também falhas entre a proposta de inclusão das crianças com deficiência na rede regular de ensino e na formação dos professores (ROCHA *et al*, 2003).

Segundo os autores, isto porque se o professor tem alguma formação voltada para a educação da criança com deficiência; essa capacitação é como uma educação especial pertinente à deficiência Mental, Visual, Auditiva entre outras, mas que não considera as diferentes possibilidades e dificuldades, independentemente da patologia, ao passo que um professor preparado para a inclusão deveria ser capacitado para diferentes estratégias pedagógicas, estas que podem ser aplicadas toda criança, deficientes ou não.

3 BREVE HISTÓRICO DA ETNIA XOKLENG

O povo Xokleng habita o continente da América do Sul, especificamente localizado no Brasil no estado de Santa Catarina e já ocuparam outras regiões brasileiras. Segundo as palavras de Jair Ghoguin Crendo disponível no site

<http://comin.org.br/static/arquivospublicacao/Hist%C3%B3ria%20do%20povo%20Xokleng.pdf> diz que

O povo Laklãnõ/Xokleng ao longo do primeiro contato pacífico com os não indígenas ocorrido no dia 22 de setembro de 1914, ficaram inicialmente conhecidos como Botocudos, Botocudos do Sul ou Bugres. Eles já ocuparam uma vasta região do sul do Brasil, desde o centro do Paraná até o Nordeste do Rio Grande do Sul, incluindo quase todo o centro-leste do Estado de Santa Catarina. Sobreviviam da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres e mantinham viva sua língua, cultura e tradição.

Podemos perceber que o povo indígena Xokleng ocupavam três estados do sul brasileiro, uma pequena parte do estado do Paraná, perto da capital de Curitiba, outra parte um pouco mais extensa do estado de Rio Grande do Sul, perto da capital de Porto Alegre e o estado de Santa Catarina com a capital de Florianópolis.

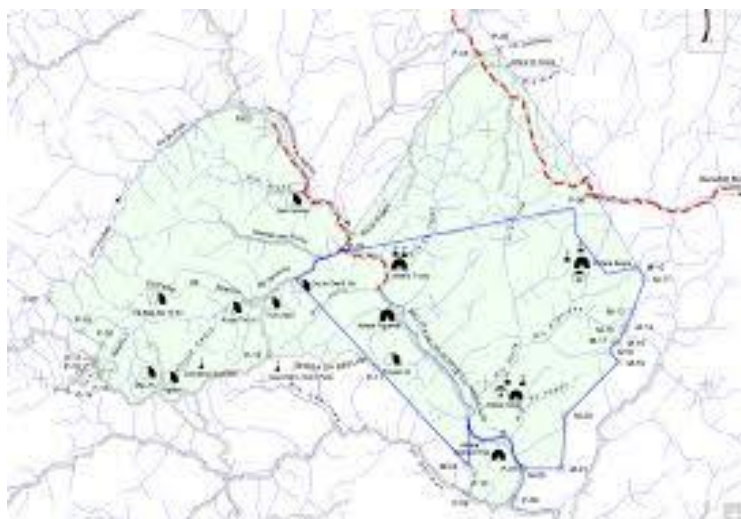
Com um longo território histórico percorrido pelo povo indígena Xokleng, atualmente estão localizados no vale do Itajaí, consequentemente nos municípios de Vitor Meirelles, Doutor Pedrinho, José Boiteux e Itainópolis.

Foto 1: Território tradicional de ocupação Xokleng no sul do Brasil



Fonte: Santa Catarina 1970

Figura 2: Terra Indígena Ibirama Delimitada e Demarcada (Xokleng Laklãnõ)



Fonte: Fundação Nacional do Índio

4 CRIANÇAS INDÍGENAS ESPECIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

4.1 Educação Inclusiva e as leis.

A Educação Inclusiva se refere a educação para todos, sem distinção: social, econômica, etnias, etc. Onde o aluno é devidamente matriculado e inserido ao meio escolar, que ele possa interagir com os demais alunos no ambiente escolar, ter acesso aos conteúdos ministrados pelos professores, etc. Sabendo-se disso, o Instituto Rodrigues Mendes classifica educação inclusiva como (2020)

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Segundo Brito (2013, p. 17), diz que a educação inclusiva

é um processo em que se expande a participação de todas as crianças e jovens nos estabelecimentos de ensino regular. Nesse sentido, trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que representa a diversidade dos estudantes. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Sob essa ótica, a Educação Inclusiva aposta numa transformação social para uma sociedade mais inclusiva. Nesse sentido, trata-se de uma cultura da prática vivenciada em todas as escolas, que respeitem a diversidade dos alunos.

Diante do contexto da educação inclusiva, leis e decretos constituem a legalidade do direito a educação a qualquer cidadão brasileiro, através da Constituição Federal Brasileira de 1988 no seu capítulo V Da Educação Especial, a Lei Brasileira nº 9394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira nº 10.098 estabeleceram normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidade especial. A Lei Brasileira nº 10.436/02 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências, a Lei Brasileira nº 7.853/89 trata sobre o Apoio às pessoas portadoras de deficiência, ambas tratam da educação inclusiva. Através do Decreto nº 6093 de 24 de abril de 2007, foi criada a EJA (Educação de Jovens e Adultos), onde que jovens, adultos e até mesmo idosos que não tiveram a chance de terminar seus estudos nos ensinos regulares. A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 208 diz que: “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante uma garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas conhecido como ECA, em seus respectivos artigos diz que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

Diante das leis citadas e os decretos, o que falta ainda é regulamentar o acesso e a inclusão das crianças com necessidades especiais, porém ainda há muito que se discutir sobre este assunto, mesmo a prática estando em andamento, para poder aplicá-lo nas escolas indígenas. Acredita-se que discutir essas leis pode levar a

entender melhor a realidade dos alunos indígenas e oferecer de modo geral um melhor atendimento em termos de políticas pedagógicas na educação escolar indígena nas terras indígenas.

4.2 Educação Especial e Inclusiva entre os Xokleng/Laklãnõ

O estudo do tema Educação Inclusiva no espaço das Escolas Indígenas localizadas na Terra Indígena Laklãnõ se deve a uma curiosidade de investigar como são tratados e aceitos alunos nessa condição na comunidade escolar indígena.

Essa questão se apresenta junto a um povo que tradicionalmente vive de formas diferentes de ensinar e educar. Assim, a intenção é investigar o que está além de uma demanda sobre leis com direitos e deveres, pois os povos indígenas ainda não têm a segurança de matricular os filhos com necessidades especiais na escola. Percebe-se que isso tem gerado uma preocupação dos pais junto aos docentes, que, em conjunto, procuram inserir um conteúdo adequado ao nível de aprendizagem desses estudantes com necessidades especiais.

Conforme Abraão Paté et al (2018, p.24) define educação escolar indígena

é uma forma sistemática e específica de implementar a escola entre as comunidades indígenas de maneira que, a partir das formas de construção do conhecimento propriamente indígena, possa se ter acesso aos outros conhecimentos sistematizados pela escola nos conteúdos curriculares, e que, por sua vez, pressupõe o uso da escrita, além de articulá-los de maneira reflexiva ao contexto sociocultural indígena. Não é uma questão nem de incorporação por parte dos indígenas dos conhecimentos da sociedade não indígena e nem tampouco de adaptação dos conhecimentos da sociedade não indígena ao contexto sociocultural indígena, mas sim de construção conjunta de um saber intercultural

Diante disso, a preocupação dos professores das escolas indígenas: E. I. E. B. Vanhecu Patté e E. I. E. B. Laklãnõ eram de garantir o direito das crianças e dos adolescentes a uma educação que viesse a ajustar ao caminho que estão percorrendo, através das brincadeiras, do letramento, alfabetização, socialização, etc.

Sob essa visão, as escolas indígenas trabalham de acordo com a realidade desses alunos indígenas com necessidades especiais. Assim, valoriza a cultura tradicional, as músicas tradicionais, histórias, artesanato e, principalmente, a língua materna Xokleng/Laklãnõ, construindo novas formas e fontes de ensino-aprendizagem, aplicando uma metodologia para todos os alunos, incluindo aqueles

com necessidades especiais. A metodologia de ensino e aprendizagem é própria da cultura do povo Xokleng/Laklãnõ.

Segundo Gakran (2015, p. 49), a discussão sobre uma educação diferenciada já existia desde as escolas multisseriadas na Terra Indígena Laklãnõ, intensificada nos últimos 20 anos, entre pais, alunos, professores e lideranças. O autor ainda afirma que há resistência entre os pais em querer lutar por uma educação diferenciada nas escolas indígenas existentes no território da terra indígena, referindo-se a uma política de inclusão para as crianças com necessidades especiais.

Foto 3: Escola Venhacu Paté



Fonte: Abraão kovi Patté.2016.

Foto 4: Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ



Fonte: Abraão kovi Patté.2016.

Os professores indígenas que trabalham com as crianças com necessidades especiais das duas escolas citadas anteriormente, revelam que no passado não percebiam as reações de cada aluno, de suas características e das necessidades desses alunos, por não terem uma preparação adequada para atender essa especificidade. Eles revelam ainda que atualmente já estão acostumados e acreditam que estão mais um pouco preparados para atender essas questões. Os relatos dos professores são reveladores sobre a preocupação do impacto cultural com o método de uma escola não indígena para essas crianças com necessidades especiais na Terra Indígena.

Nesse contexto, a maioria das famílias que tem crianças com alguma deficiência não assume que seus filhos têm algum tipo de necessidade especial, pois culturalmente isso nunca existiu em toda a história do povo Xokleng/Laklãnõ. Segundo os relatos dos anciãos, entre esse povo nunca houve uma criança que nasceu com problema físico ou mental, mas pode acontecer que, ao longo da vida, uma criança ou adulto passe a ter esse problema físico por acidente, por picada de cobra, por perda de um membro do corpo, paralisia, mas não porque nasceu com esse ou aquele problema físico.

De acordo com os relatos dos anciãos, após o contato dos Xokleng/Laklãnõ com os não indígenas em 1914, começaram a aparecer casos de crianças nascerem com necessidades especiais; acredita-se que isso está ocorrendo no meio desse povo devido à ingestão de alimentação com agrotóxico.

Vale mencionar que o reconhecimento sobre a importância de discutir a respeito da Educação Inclusiva indígena já está presente entre os professores na própria escola indígena, devido ao aumento da demanda de matrículas de crianças com necessidades especiais. Isso tem gerado um impacto cultural e no trabalho desses professores indígenas. Nesse sentido, é muito preocupante, pois é uma realidade vivenciada pelos professores no dia-a-dia da escola. Também é importante destacar que é necessária e urgente uma formação específica desses professores indígenas, que envolve a política educacional dessas escolas indígenas e assim ter um Projeto Político Pedagógico bem elaborado para contemplar as necessidades desses estudantes indígenas com necessidades especiais.

Segundo os dados pesquisados, considera-se que nos últimos dois anos houve um aumento significativo de matrículas de estudantes com alguns problemas nas duas escolas da terra indígena.

4.3 Professores indígenas que trabalham com crianças indígenas especiais

Os professores indígenas que se relacionam com uma criança com algum tipo de necessidade especial têm levado em discussão, de certa maneira, a sua visão quando atendem os próprios alunos indígenas. Percebem que no contexto escolar o assunto sobre a infância Xokleng/Laklãnõ é bem debatido junto aos professores, pais e comunidades para buscar mais recurso junto ao governo para um maior espaço livre dentro do espaço escolar.

O papel do segundo professor, é considerado pelos pais de suma importância para atender os alunos.

Nessa mesma ideia, Almeida (2002, p. 124), refere-se que “a inclusão não é algo natural”. Para o autor, “O ser humano tem uma tendência a acreditar que as dificuldades que temos são dificuldades de sempre e que não podem ser mexidas [...]”.

Nesse sentido, o professor que não assume a responsabilidade da função como educador e incentivador pelo conhecimento através da prática docente, isto é, que não está preparado profissionalmente na arte de ensinar a criança e por falta de desinteresse pelo ofício da profissão, com isso, o mais prejudicado é o aluno, pois, o aluno não conseguirá desenvolver suas habilidades cognitivas.

Entretanto, o pensamento tradicional Xokleng/Laklãnõ, quando se fala em crianças com necessidades especiais, é de que há relação com um dos fatores já citados anteriormente; seus argumentos questionam a pacificação, a revolução que isso causou, como nas mudanças da mata, da cultura e até das misturas consanguíneas.

Os anciãos da etnia Xokleng refere-se que aumento de crianças nascerem com necessidades especiais e o aumento gradual é devido às mudanças de alimentação e a miscigenação dos Xokleng/Laklãnõ como os não indígenas.

5 METODOLOGIA

A pesquisa que aqui se apresenta constitui um texto escrito após a realização de uma abordagem qualitativa do tema em questão. A respeito da pesquisa qualitativa Godoy (1995, p 58) a classifica como a que apresenta as seguintes características principais:

[...] considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

O texto foi elaborado a partir pesquisa bibliográfica, onde foram feitos previamente o levantamento de autores e obras que tem como tema principal a questão da educação especial.

A pesquisa bibliográfica é definida por Gil (1999, p. 29) como aquela que

[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

Na realização desse trabalho a opção pela pesquisa bibliográfica deu-se a princípio pela praticidade de elaboração e facilidade de acesso a material bibliográfico. Assim, após a seleção do material foi feita a leitura dos mesmos e procedeu-se a escrita desse texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado foi de suma importância para chegar a um fator que nos comoveu enquanto educador; por outro lado, isso nos auxiliou para que pudéssemos explanar a realidade escolar atual na Terra Indígena Laklãnõ, especificamente a respeito das crianças com necessidades especiais. A presença dessas crianças na escola tem ampliado a cada ano e isso se evidencia nas matrículas. É importante ressaltar que a maioria das famílias não consegue entender ou aceitar que seus filhos são portadores de necessidades especiais, por medo de sofrerem preconceito na comunidade onde são moradores.

De acordo com a pesquisa, pode-se afirmar que entre estes indígenas a pessoa com necessidade especial aprende e se desenvolve como qualquer outra criança normal na sua cultural tradicional. Já na escola os professores são pouco assessorados pelos recursos tecnológicos existentes com relação às necessidades desses alunos especiais. O estado não dá apoio para essa necessidade e não disponibiliza recursos a tecnologias acessivas, assegurados pela Lei de inclusão e igualdade. Como se sabe, as crianças com necessidades motoras devem ter o seu acesso a todos os espaços, serviços ou instituições com estruturas apropriadas e uma especificidade pedagógica.

Vale ressaltar que o bom desempenho de um aluno com necessidades especiais depende do professor, de sua criatividade pedagógica de utilizar recursos simples e estratégicos e, assim, garantir a aprendizagem do seu aluno. Acrescento ainda que existem recursos sofisticados que podem ajudar no desempenho desses estudantes, ou seja, aparelho com caracteres ampliados e facilitador de escrita ou computadores e programas específicos. O professor deve estar interligado com apoio do professor especialista para avaliar a situação do seu aluno. É importante que o professor faça registros do seu aluno, dos resultados que obteve, sejam negativos ou positivos.

Para receber alunos com necessidades especiais, é preciso que a escola esteja preparada com recursos físicos adequados que auxiliem a mobilidade do aluno, como cadeira de roda, corrimões, rampas, banheiros, e também materiais pedagógicos adequados para facilitar o ensino e a aprendizagem, por exemplo, lápis, canetas, alfabeto móvel, pranchas com letras e palavras, computadores, teclados, mouse, entre outros materiais que atendam às condições físicas e mentais dos alunos.

Para tanto, o bom professor precisa pensar em um currículo e uma estratégia metodológica capaz de atender as peculiaridades do aluno, avaliar e se autoavaliar. Essas são etapas importantes no processo de ensino e aprendizagem, mas que precisam ser feitas de forma formativa. Quando vejo o ensinar diferenciado, penso que, da riqueza dessa cultura indígena, uma estratégia de buscar o aprender do aluno é atender crianças especiais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando José de. Política pública de inclusão de minorias e majorias. In: LODI, Ana Claudia Balieiro et al. (Org.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 81-86.

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: DOU, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: DOU, 16 jul. 1990; retificado em: 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases). **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: DOU, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília: DOU, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília: DOU, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRITO, Silvana Maria dos Anjos Pires. **A inclusão de alunos com deficiência na escola pública de ensino médio: em foco o Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Médio Liceu Maranhense**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

CENTRO EDUCACIONAL JOÃO CUSTÓDIO MACIEL. **Povos indígenas de Santa Catarina**. Disponível em: <https://cejcm.wordpress.com/2012/05/22/povos-indigenas-de-santa-catarina/>. Acesso em: 19.07.2019

CRENDO, Jair Ghoguin. **História do povo Xockleng**. Disponível em: <http://comin.org.br/static/arquivospublicacao/Hist%C3%B3ria%20do%20povo%20Xockleng.pdf> . Acessado em: 13.02.2020

DUEK, Viviane Preichardt. **Docência e inclusão**: Reflexões sobre a Experiência de ser professor no contexto da escola inclusiva. Dissertação de Mestrado na área de Concentração Educação especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Rio Grande do Sul, 2006.

GAKRAN, Nanblá. **Elementos Fundamentais da Gramática Laklãnõ**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

INSTITUTO RODRIGUES MENDES. **Educação Inclusiva**. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>. Acesso em 17.08.2020

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Porque é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

GOVERNO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Política da Secretaria de Estado da Educação de Educação Escolar Indígena**. Florianópolis, 2018.

RODRIGUES, David (org.) **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo. Summus Editorial, 2006.

RODRIGUES, Lídia da Silva. **Jogos e brincadeiras como ferramentas no processo de aprendizagem lúdica na alfabetização**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, Luanda Nogueira; ALCANTARA, Manuela Soares de; CABRAL, Alantiara Peixoto. **Crianças com necessidades especiais: reflexão sobre a inclusão nas escolas públicas do ensino regular**. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 141 - Febrero de 2010.

